

AS INTERFACES DA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS NA REGIÃO NORTE: BNCC E O LUGAR DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Antonia Costa Andrade | UNIFAP | antoniaunifap@gmail.com
Maria da Conceição dos Santos Costa | UFPA | concita.ufpa@gmail.com
Arthane Menezes Figueirêdo | UNIFAP |arthanre@unifap.br

1. INTRODUÇÃO

As transformações contemporâneas do capitalismo têm reconfigurado as políticas educacionais e ampliado os mecanismos de privatização da educação pública, especialmente no campo da formação de professores/as. Nesse cenário, a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da BNC-Formação consolidou novos modos de regulação educacional, marcados pela presença de organismos internacionais, fundações empresariais e instituições privadas na definição das políticas curriculares e formativas. O estudo toma como referência a análise das interfaces da relação público-privada na formação docente na Região Norte do Brasil, considerando o papel das universidades públicas diante da expansão de programas e parcerias vinculados à BNCC.

A pesquisa objetiva analisar como as relações público-privadas vêm se materializando na política de formação de professores/as na Região Norte, especialmente a partir dos programas de formação vinculados à CAPES e das ações implementadas pelas secretarias estaduais de educação. O problema que orienta o estudo é: de que forma as interfaces da relação público-privada têm se expressado na implementação da BNCC e na política de formação docente na Região Norte brasileira?

A relevância do estudo reside na necessidade de compreender os impactos dessas políticas sobre a autonomia universitária, o trabalho docente e a formação humana, especialmente em uma região marcada por desigualdades históricas e por fortes disputas em torno do direito à educação pública.



2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa, fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético, utilizando as categorias de totalidade, mediação e contradição como referenciais analíticos. O estudo dialoga com autores como Marx (2004; 2013), Antunes e Pinto (2017), Mészáros (2015), Maués (2011), Pereira e Evangelista (2019), Peroni e Caetano (2015) e Fairclough (2010).

Os dados foram levantados nos sítios eletrônicos das Secretarias Estaduais de Educação dos estados da Região Norte (Amapá, Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), considerando documentos, editais, notícias institucionais e programas de formação continuada vinculados à BNCC entre os anos de 2017 e 2021. Também foram analisados editais e relatórios da CAPES relacionados ao PARFOR, PIBID e Programa Residência Pedagógica (PRP).

A análise dos dados foi realizada a partir da perspectiva da Análise Crítica do Discurso de Fairclough (2010), buscando compreender os sentidos políticos e ideológicos presentes nas políticas educacionais e nos discursos institucionais relacionados à formação docente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados evidenciam o fortalecimento das interfaces público-privadas no campo da formação de professores/as na Região Norte, sobretudo mediante programas financiados pela CAPES e por parcerias entre secretarias estaduais de educação e fundações empresariais. A pesquisa identificou a presença de instituições privadas como Instituto Natura, Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Instituto Reúna, ICE, Instituto Península, BID e Banco Mundial em ações de formação docente alinhadas à BNCC.

No âmbito do PARFOR, embora a Região Norte ainda apresente predominância de universidades públicas na execução das ações formativas, observa-se avanço significativo da lógica gerencial e da política de editais. Os programas PIBID e Residência Pedagógica

apresentam maior incidência de participação de instituições privadas, inclusive com financiamento público para bolsas e projetos educacionais.

Os dados demonstram que a implementação da BNCC vem consolidando uma política curricular marcada pela padronização dos conhecimentos e pelo controle do trabalho docente. Nesse contexto, as universidades públicas passam a disputar espaço com organizações empresariais que atuam diretamente na produção de materiais didáticos, formação continuada e gestão educacional. A lógica empresarial presente nessas políticas fortalece processos de mercantilização da educação e fragiliza a autonomia docente e universitária.

Na Região Norte, a atuação dessas instituições privadas ocorre por meio de programas voltados ao ensino integral, educação socioemocional, empreendedorismo, aceleração da aprendizagem e alinhamento curricular à BNCC. Essas ações expressam um projeto formativo voltado à adaptação da classe trabalhadora às demandas do mercado, reforçando perspectivas pragmáticas e gerencialistas da educação.

Além disso, o estudo evidencia que organismos como Consed e Undime desempenham papel estratégico na consolidação dessas reformas, articulando redes políticas e empresariais que influenciam diretamente a agenda educacional brasileira.

4. CONCLUSÕES

O estudo demonstra que as interfaces da relação público-privada vêm se ampliando na política de formação de professores/as na Região Norte, especialmente por meio da implementação da BNCC e da BNC-Formação. Embora o PARFOR ainda preserve maior presença das universidades públicas, programas como PIBID e Residência Pedagógica evidenciam crescente influência privatista na formação docente.

Constata-se que a lógica gerencial e mercantil da educação tem impactado a autonomia universitária, o trabalho docente e os currículos da educação básica, promovendo um modelo de formação alinhado às demandas do capital e às orientações dos organismos internacionais.



Por outro lado, a pesquisa também evidencia movimentos de resistência construídos por universidades públicas, entidades científicas, movimentos sociais e coletivos docentes em defesa da educação pública, gratuita, democrática e socialmente referenciada, reafirmando a necessidade de fortalecimento das universidades públicas na formação de professores/as na Amazônia brasileira.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Antonia Costa; COSTA, Maria da Conceição dos Santos; CABRAL, Maria da Conceição Rosa. Política de Formação de Professores e Professoras no Brasil: o Programa Residência Pedagógica na Região Norte. *REVELLI*, v. 13, 2021.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. *A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista*. São Paulo: Cortez, 2017.

FAIRCLOUGH, Norman. A Dialética do Discurso. *Revista Teias*, v. 11, n. 22, p. 225-234, 2010.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAUÉS, Olgaíses. A política da OCDE para a educação e formação. *Educação*, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 75-85, 2011.

MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar*. São Paulo: Boitempo, 2015.

PEREIRA, Jennifer Nascimento; EVANGELISTA, Olinda. Quando o capital educa o educador: BNCC, Nova Escola e Lemann. *Movimento-Revista de Educação*, v. 6, n. 10, p. 65-90, 2019.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação: projetos em disputa? *Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, 2015.